



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 9º PERÍODO - DATA:

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D

Evitaríamos muitos males se déssemos à razão o direito da última palavra.

Siga as instruções:

- Leia atentamente cada questão dessa avaliação antes de respondê-las e resolva usando caneta azul ou preta.
- Tenha bastante atenção para não rasurar O GABARITO, pois a rasura implicará na anulação da resposta.
- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos e da avaliação, não cabendo, portanto, esclarecimentos adicionais durante a realização da prova.
- **DESLIGUE OS CELULARES E DEMAIS APARELHOS ELETRÔNICOS.**

Disciplina: Direito Agrário

Professor: Ronaldo Carvalho

Questão 01

1) DÉCIO MACHADO, conceituado lenhador, firmou contrato de arrendamento de imóvel rural de sua propriedade com o Sr. H.LOPES, fanático por cavalgadas. Visando a retomada do imóvel DÉCIO MACHADO está ciente de que necessita notificar o Sr. H.LOPES no prazo de até 06 (seis) meses antes do vencimento do contrato. Neste sentido, pode-se afirmar que:

- a – () A notificação somente poderá ser judicial.
- b – () A notificação somente poderá se dar por meio de carta através do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca da situação do imóvel.
- c – () A notificação somente poderá ser extrajudicial.
- d – () A notificação deverá ser feita por meio de carta através do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca da situação do imóvel, ou por requerimento judicial.

Questão 02

ARMANDO GUERRA (parceiro outorgante) um grande produtor rural, firmou contrato de parceria rural com seu amigo ALLAN BIDA (parceiro outorgado). ARMANDO GUERRA concorreu com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas e currais. Ante o exposto é correto afirmar que na partilha dos frutos, a cota do parceiro-outorgante não poderá ser superior a:

- a – () 10%.
- b – () 20%.
- c – () 30%.
- d – () 50%.

Questão 03

Os Srs. BÁTIMA e ROBSON firmaram entre si contrato de arrendamento para fins de produção de ovos de codorna. Contudo, em razão de um furacão que assolou a região onde o imóvel rural se situa morreram todas as aves matrizes, resultando na perda do objeto do contrato. Com base no enunciado é correta a seguinte proposição:

- a – () Em razão da ocorrência de força maior nenhum dos contratantes responderá por perdas e danos.
- b – () BÁTIMA na qualidade de parceiro outorgante responde por perdas e danos.
- c – () ROBSON na qualidade de parceiro outorgado responde por perdas e danos.
- d – () Tanto BÁTIMA quanto ROBSON respondem por perdas e danos.

Questão 04

O Sr. CONDE (parceiro outorgante) firmou contrato de arrendamento rural com o Sr DRÁCULA (parceiro outorgado). Consta da avença que CONDE concorreu apenas com a terra nua. Diante tal fato pode-se afirmar que na partilha dos frutos a cota de CONDE não poderá ser superior a:

- a – () 10%.
- b – () 20%.
- c – () 30%.
- d – () 50%.

Disciplina: Ética Geral e Profissional

Professor: Érica Cristina Molina

Questão 05

(FGV - 2013 – OAB) José é advogado de João em processo judicial que este promove contra Matheus. Encantado com as sucessivas campanhas de conciliação, busca obter o apoio do réu para um acordo, sem consultar previamente o patrono da parte contrária, Valter. Nos termos do Código de Ética, deve o advogado:

- (A) buscar a conciliação a qualquer preço por ser um objetivo da moderna Jurisdição.
- (B) abster-se de entender-se diretamente com a parte adversa que tenha patrono constituído, sem o assentimento deste.
- (C) entender-se com as partes na presença de autoridade sem necessidade de comunicação ao ex adverso.
- (D) participar de campanhas de conciliação e, caso infrutíferas, tentar o acordo extrajudicial diretamente com a parte contrária.

Questão 06

(FGV - 2012 – OAB) Mévio, advogado de longa data, pretendendo despachar uma petição em processo judicial em curso perante a Comarca Y, é surpreendido com aviso afixado na porta do cartório de que o magistrado somente receberia para despacho petições que reputasse urgentes, devendo o advogado dirigir-se ao assessor principal do juiz para uma prévia triagem quanto ao assunto em debate. À luz das normas estatutárias, é correto afirmar que

- (a) a organização do serviço cartorário é da competência do juiz, que pode estabelecer padrões de atendimento aos advogados.
- (b) a triagem realizada por assessor do juiz permite melhor eficiência no desempenho da atividade judicial e não colide com as normas estatutárias.
- (c) o advogado tem direito de dirigir-se diretamente ao magistrado no seu gabinete para despachar petições sem prévio agendamento.
- (d) a duração razoável do processo é princípio que permite a triagem dos atos dos advogados e o exercício dos seus direitos estatutários.

Questão 07

(FGV - 2011 – OAB) Túlio, advogado, é surpreendido ao praticar crime inafiançável, sendo preso em flagrante pela autoridade policial. A OAB é comunicada, e, por meio de membro da Comissão de Prerrogativas, ocorre advogado ao local onde estão sendo realizados os trâmites procedimentais. Nos termos das normas estatutárias, é correto afirmar que:

- (a) a prisão do advogado que demanda a intervenção da oab é a originária do exercício profissional.
- (b) o fato de a prisão atingir advogado indica a presença do representante da oab.
- (c) só a prisão determinada pelo juiz é que permite a participação dos representantes da oab.
- (d) a prisão preventiva é aquela que está circunscrita na atuação da oab.

Questão 08

(FGV - 2011 – OAB) Conceição promove ação possessória em face de vários réus que ocuparam imóvel sem construção, de sua propriedade, em área urbana. Houve a designação de audiência de conciliação, com a presença dos réus e dos seus advogados. Na audiência, visando organizar o ato, o magistrado proibiu que os advogados se mantivessem de pé, bem como saíssem do local durante a sua realização. Com base no que dispõe o Estatuto da Advocacia e as leis regentes, é correto afirmar que:

- (a) o advogado deve permanecer sentado na sala de audiências até o final do ato.
- (b) caso o advogado necessite retirar-se do local, deve postular licença à autoridade.
- (c) o advogado pode permanecer sentado ou de pé nos recintos do poder judiciário.
- (d) pode permanecer de pé, caso autorizado pela autoridade competente.

Disciplina: Responsabilidade Civil

Professor: Ronaldo Carvalho

Questão 09

1) TSUNAMI, cansada da rotina e dos empregos enfadonhos fora admitida pela empresa de rações MULTIMILK LTDA, para desempenhar uma função inusitada. As funções de TSUNAMI consistiam em experimentar rações e conferir o odor dos alimentos também. Apesar de o paladar dos cachorros ser bastante diferente do paladar dos seres humanos, é preciso realizar esse tipo de checagem para verificar a qualidade do material. Vale destacar que TSUNAMI venera muito seu trabalho. Contudo, TSUNAMI fora vítima de uma invejosa colega de trabalho, que lhe imputou desarrazoadamente o furto de alguns sacos de ração Premium sabor picanha para consumo próprio, motivando, assim, a demissão de TSUNAMI, que além do dano moral sofrido encontra-se com dificuldade em conseguir outro emprego ensejando também dano material. Sabe-se, contudo, que o dano material em regral para ser mensurado demanda a análise de critérios certos, determinados. Ante o exposto, é correto afirmar que:

- a- () O dano moral deve ser certo, determinado, tal qual o dano material.
- b- () Poderá o juiz fixar equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso, se o ofendido não puder provar prejuízo material.
- c- () Por se tratar de difamação, o valor da indenização pelo dano moral é previamente fixado em 100 (cem) salários mínimos, consoante estabelece o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.117, de 27-8-1962).
- d- () Por se tratar de calúnia, o valor da indenização pelo dano moral é previamente fixado em 200 (duzentos) salários mínimos, consoante estabelece o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.117, de 27-8-1962).

Questão 10

OSCAR ROMEU é proprietário de uma concessionária de automóveis. Certo dia OSCAR ROMEU estava em um de seus automóveis numa determinada avenida e no limite de velocidade desta quando um pedestre chamado INÁCIO FILHO, que por seu turno é médico obstetra e em razão do acúmulo de trabalho está a sofrer de depressão se atira em seu veículo querendo se matar. OSCAR ROMEU atento desvia seu automóvel evitando a morte de INÁCIO FILHO, mas vindo a atingir uma banca de calendários e destruindo-a. MARCOS DIAS proprietário da banca pretende buscar a reparação civil pelo dano causado. No caso em tela, é correto afirmar que:

- a – () OSCAR ROMEU responderá pela reparação do dano ainda que tenha praticado ao lícito.
- b – () A responsabilidade perante MARCOS DIAS é exclusiva de INÁCIO FILHO.
- c – () Responderão perante MARCOS DIAS tanto OSCAR ROMEU quanto INÁCIO FILHO.
- d – () Não há nenhuma responsabilidade por parte de OSCAR ROMEU ou de INÁCIO FILHO.

Questão 11

A responsabilidade extracontratual no direito brasileiro:

- a) É afastada em caso de estado de necessidade, pois o autor do dano não responde pelos prejuízos causados.
- b) Não é afastada em caso de estado de necessidade, pois o autor do dano responde pelos prejuízos causados.
- c) Não é afastada em caso de estado de necessidade, mas apenas o causador do perigo responde pelos danos causados.
- d) É afastada, respondendo apenas aquele em defesa de quem se causou o dano.

Questão 12

A responsabilidade civil do Estado encontra fundamento na Constituição Federal, aplicando-se sob a modalidade:

- a) Subjetiva quando se trata da prática de atos lícitos e objetiva quando se trata de atos ilícitos.
- b) Subjetiva, tanto para atos comissivos, quanto para atos omissivos.
- c) Objetiva para atos comissivos, ainda que lícitos.
- d) Objetiva quando se tratar de danos causados a terceiros, excluída qualquer responsabilização para atos omissivos

Disciplina: Direito Processual Civil V

Professor: Christiano Vitagliano

Questão 13

Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

Quanto à afirmação acima é correto afirmar:

- a) Concedida a tutela antecipada o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias, não podendo o autor ter outro prazo para tanto
- b) Não concedida a tutela antecipada o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias, não podendo o autor ter outro prazo para tanto. Não se compatibiliza-se à afirmação com fenômeno da perempção.
- c) Segundo a doutrina a urgência em alguns casos não necessita ser contemporânea à propositura da ação.
- d) n.d.a.

Questão 14

Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias.

Quanto à afirmação acima é correta afirmar:

- a) Caso emende, a inicial será indeferida e o processo será extinto sem resolução de mérito
- b) Na verdade o prazo de emenda nesse caso é dez dias
- c) Caso não emende a inicial será indeferida e o processo será extinto com resolução de mérito
- d) n.d.a

Questão 15

A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. É correto afirmar:

- a) Quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável, sendo esses requisitos alternativos .
- b) Não sendo possível quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
- c) A tutela da evidência depende da demonstração de perigo de dano, característica das medidas de urgência, logo a afirmação está incorreta
- d) N.d.a

Questão 16

Houve inovação considerável no novo CPC quanto à tutela antecipada antecedente, no que condiz à ela é correto afirmar:

- a) Não pode produzir o efeito da estabilidade
- b) A estabilidade faz coisa julgada material
- c) A estabilidade não se submete à Teoria da Imprevisão
- d) N.d.a

Disciplina: Direito Civil – Da família

Professor: Juliana Soller

Questão 17

O reconhecimento de filho:

- a) Pode ser feito apenas durante a vida do filho;
- b) Depende do consentimento do filho quando este for maior;
- c) Pode ser revogado, quando feito por testamento;
- d) Independe do consentimento do filho quando este for maior.

Questão 18

São causas de extinção do vínculo matrimonial, EXCETO:

- a) A morte real ou presumida do ausente nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva;
- b) A nulidade ou a anulação do casamento;
- c) O divórcio;
- d) Separação judicial;

Questão 19

Assinale a alternativa correta:

- a) O divórcio não é uma das causas que ensejam o término da sociedade conjugal;
- b) O divórcio direto consensual independe da vontade de ambos os cônjuges, sendo exigido que haja a prévia partilha de bens.
- c) O divórcio pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens.
- d) O divórcio direto litigioso seguirá o procedimento ordinário, dependendo da vontade ambas as partes, para dissolver o casamento válido.

Questão 20

São formas de alienação parental, EXCETO:

- a) Dificultar o contato da criança ou adolescente com genitor;
- b) Dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- c) Apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
- d) Ampliar o contato da criança ou adolescente com o genitor não guardião.